A Independência do Brasil e a escravidão

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Horário de início | Horário de término | Tempo total (min.) | DPO |
|  |  |  |  |

**Leia o texto abaixo:**

**O Brasil poderia ter acabado com a escravidão antes de 1888?**

Em 1823, durante as discussões políticas da Assembleia Nacional Constituinte, reunida para aprovar a Constituição do Império do Brasil, houve uma proposta de se acabar, progressivamente, com a escravidão no país e desenvolver políticas de inclusão econômica e social dos negros dentro do sistema político imperial.

Quando o Brasil tornou-se independente de Portugal, em 1822, e o modelo político imperial passou a vigorar, com a coroação de D. Pedro I, havia uma nítida preocupação entre os “arquitetos” do império em como **“construir uma Nação Brasileira**”. Um desses “arquitetos” – isto é, os estadistas que ajudaram a consolidar as instituições do Brasil Império – era **José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)**.

Bonifácio retornou da Europa para o Brasil em 1819, em pleno Período Joanino, quando o Brasil foi alçado à categoria de Reino Unido (junto a Portugal e Algarves) e também passou por muitas transformações na infraestrutura, economia, etc. Quando estourou a Revolução Portuguesa em 1820 e D. João VI viu-se forçado a voltar ao país natal, Bonifácio passou a integrar uma **das juntas governativas** que se formaram no Brasil, que reconheceram a autoridade de D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente. Essas mesmas juntas trabalharam para a Independência do Brasil e para a Coroação de Pedro de Alcântara, convertendo-o no imperador D. Pedro I.

Com a coroação de D. Pedro, José Bonifácio passou a ser um dos ministros do imperador e compôs a **primeira Assembleia Constituinte do Brasil**, reunida em **1823**. Essa assembleia tinha o objetivo de harmonizar os interesses políticos liberais e conservadores, bem como consolidar as instituições imperiais. Foi no contexto dessas discussões que Bonifácio apresentou uma Representação e um **Projeto de Lei a respeito da questão da escravidão**.

A preocupação de Bonifácio era a de construir uma nação calcada no trabalho livre e na integração social. Para tanto, a abolição da escravatura era um fator importantíssimo. Contudo, ela não poderia ocorrer do dia para a noite (como foi em 1888), pois isso traria muitos danos à sociedade como um todo, visto que os negros não teriam nenhum tipo de amparo ou programa de inclusão social.

Bonifácio então sugeriu um paulatino processo de extinção da escravatura, a começar pela **cessação gradual do tráfico de escravos** (o que também seria exigido pelos ingleses – principal parceiro econômico do Brasil à época – por meio da lei Bill Aberdeen) em um espaço de 4 a 5 anos. Outra sugestão era **regulamentar os processos de alforria**, dando aos negros a plena segurança de conseguirem sua alforria quando fosse possível. Seguia-se a isso a obrigatoriedade do Estado de possibilitar também a **assimilação social dos negros alforriados**, como destaca o pesquisador Raul de Andrada e Silva:

*“[...] Cumpria prover a assimilação social dos negros forros, tanto quanto a sua libertação. Daí, a medida consubstancial no art. X do projeto, segundo o qual a todos os forros que não tivessem ofício ou modo outro de ganhar a vida atribuiria o Estado uma pequena sesmaria para o cultivo e recursos para a exploração da mesma, devendo tudo ser pago a prazo.”*

O projeto ainda previa o **fim dos castigos físicos e das jornadas de trabalho exaustivas** e insalubres nas lavouras, entre outras medidas que preparavam o país para o fim total da escravidão. Dessa forma, Bonifácio teve o cuidado de procurar harmonizar a libertação dos negros cativos com uma gradual reforma da propriedade rural brasileira. A inclusão social, nesse caso, passava por um crivo maior, o da reformulação da própria ideia de nação.

O problema é que as lideranças aristocráticas que davam apoio a Dom Pedro I não estavam de acordo com tais propostas e com muitas outras apresentadas na Constituinte de 1823. O imperador dissolveu a Constituinte por meio de um decreto no dia 12 de novembro. Bonifácio ficou exilado durante seis anos. Praticamente nada do seu projeto foi aproveitado.

D. Pedro I aprovou um texto constitucional terminado por um Conselho de Estado em 1824. Os problemas do regime escravista não foram abordados nessa Constituição.

*Adaptado de:* [*https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/o-brasil-poderia-ter-acabado-com-escravidao-antes-.htm*](https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/o-brasil-poderia-ter-acabado-com-escravidao-antes-.htm)

**ATIVIDADE – Com base nas informações do texto, explique as propostas de combate à escravidão apresentadas no momento de Independência do Brasil e o porquê elas não foram adiante. Ao final, construa uma reflexão sobre os limites da liberdade trazida pela independência no Brasil.**

**- Construa seu texto com suas próprias palavras, de forma completa e detalhada.**

**AO TERMINAR A ATIVIDADE:**

**1. Confira se suas respostas estão completas e de acordo com a proposta. Em sua avaliação, vou considerar mais se você seguiu corretamente as instruções da atividade do que se suas questões e respostas estão corretas.**

**2. Volte ao início do TAD, coloque seu nome, horário de início e término e DPO. Sem essas informações, você terá desconto na Organização.**

**3. Poste a atividade no moodle e salve uma cópia com você.**

**Caso tenha dúvidas com a atividade, chame o professor no *Google Hangouts* durante o horário de aula: *vinicius.araujo.ieijf2@gmail.com***